

As duas Coreias: zona crítica de tensão internacional

APÓS A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA, as duas Coreias permanecem os únicos países da arena internacional divididos pelo Paralelo 38 N, composto por uma zona desmilitarizada (DMZ) cuja largura é de 4 km para uma extensão de 250 km. De lado a lado um milhão de soldados vigiam ininterruptamente a fronteira no quadro da prevenção de incidentes que poderiam colocar em risco não só a região do Nordeste Asiático como também a estabilidade mundial. A importância geoestratégica marca-se pelo estreito da Coreia que controla parte do acesso ao oceano Pacífico além de estabelecer uma ponte de ligação entre o triângulo República Popular da China, Japão e Rússia.

Contexto histórico

Numa perspectiva histórica das relações internacionais, importa sublinhar a existência de três teses quanto à guerra da Coreia (25 de Junho de 1950 - 27 de Julho de 1953): a tradicionalista tem por fundamento o ataque norte-coreano através do acordo secreto soviético por Joseph Estaline (1878-1953), considerado o instigador, e pelo dirigente norte-coreano Kim Il-sung (1912-1994), com a cumplicidade de Mao Zedong (1893-1976). A leitura do apoio à decisão do ataque baseia-se em impressionar a administração norte-americana de Harry Truman (1884-1972, presidente de 1945-1953) no tocante à capacidade militar soviética; a revisionista consiste em explicar que a guerra adveio na sequência de uma provocação militar da Coreia do Sul sob a ordem do general Douglas MacArthur (1880-1964); a terceira tese pretende encontrar justificações nas clivagens político-ideológicas entre os dirigentes políticos e as classes sociais coreanas que levariam ao despoletar de uma guerra civil. Segundo os arquivos tornados públicos pelo Kremlin, a Guerra da Coreia fora projectada por Kim Il-sung com o apoio de Estaline.

Os EUA propõem a divisão da Coreia em que uma parte ficaria sob a sua influência e outra na esfera soviética, utilizando como ponte de referência a linha de demarcação Paralelo 38 para facilitar o desarmamento das tropas japonesas estacionadas no território. Tal divisão acaba por levar à separação efectiva da Coreia em duas “irmãs inimigas” que persiste até à actualidade.

Em Agosto de 1948 forma-se a Coreia do Sul, após eleições gerais supervisionadas pela Organização das Nações Unidas, tendo a Coreia do Norte recusado a via de democratização, o que leva ao eclodir da Guerra da Coreia por reivindicarem a soberania da península.

O processo de reunificação:

a *sunshine policy*

Quanto ao processo de reunificação pacífica, existem duas vias. A Coreia do Norte propõe uma aproximação no quadro político no qual procura a constituição da República Federal da Coreia incumbida de duas pastas em matéria de política externa e de segurança, como a diplomática e a da defesa nacional, permanecendo os assuntos internos enquadrados nos governos socialista a norte e capitalista a sul. A Coreia do Sul defende uma aproximação *funcionalista* alicerçada na promoção das trocas intercoreanas nos domínios não políticos para estabelecer o princípio de confiança mútua, tendo em perspectiva a possibilidade de se chegar a acordo quanto a questões de índole militar e política até à proclamação de uma República da Coreia.

“
Apesar de aparente, a China, o Japão e a Rússia não demonstram interesse efectivo na reunificação das duas Coreias.”

O campo ideológico da Coreia do Norte tem por base o cruzamento entre marxismo-leninismo e a defesa da revolução proletária e do homem como guia da revolução. Da intersecção de ambas, nasce a ideologia oficial *Juche* (marxismo-leninismo kimilonguismo) do Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte, que defende uma posição de independência e de auto-suficiência económica. Nas duas últimas revisões da Constituição, 1998 e 2009, os termos “marxista”, “leninista” e “comunismo” não se encontram mencionados, apesar de se verificar uma leitura do reforço do papel de Kim Jong-il enquanto filho do líder Kim Il-sung. A presente revisão da Constituição tem por tenta-

tiva a projecção da diplomacia pública, da imagem para a arena internacional, sobretudo para a Coreia do Sul e EUA, de uma liderança política com intuito de preparar não só a sucessão para o filho mais novo de Kim Jong-il, Kim Jong-un (nasceu entre 1983 e 1985, teria estudado, sob um pseudónimo de Pak Un, ou na Escola Internacional de Berna ou na Escola Alemã Steinhölzli em Liebefeld, na Suíça, nos anos 90), como também uma adaptação às mudanças inevitáveis do tempo e à gestação de uma nova ordem mundial.

Apesar da aparente continuidade das linhas-de-força da política norte-coreana, em Julho de 2000, em Pyongyang, Kim Jong-il reúne-se com o seu homólogo sul-coreano Kim Dae-jung (1924-2009, presidente de 1997 a 2003) – tendo este último recebido pelo esforço do processo de paz e reunificação o prémio Nobel da Paz nesse ano – delineando um gesto de reconciliação sob o desígnio da *sunshine policy*. A *sunshine policy* visa a diminuição progressiva das tensões pela promoção de reencontros de famílias separadas, de excursões turísticas ao Monte Kumgang (costa leste da Coreia do Norte), de eventos culturais e desportivos, e ao estabelecimento de empresas sul-coreanas em território norte-coreano que levaram à criação de três zonas económicas especiais: Sinuiju, junto à fronteira com a China, é considerada como uma zona internacional financeira, comercial e industrial; Kaesong, a setenta e dois quilómetros de Seul a norte da DMZ, constituído como um complexo comercial e de turismo com hotéis, golfe, centros comerciais, unidades fabris e residenciais; monte Kumgang, como enclave turístico.

Apesar de aparente, a China, o Japão e a Rússia não demonstram interesse efectivo na reunificação das duas Coreias. Para a Rússia, a emergência de uma Coreia reunificada a médio prazo na região significaria o surgimento de um Estado politicamente nacionalista cuja capacidade militar se reveria reforçada além da dinamização económica que levaria ao desaparecimento dos Estados-tampão da Coreia do Norte e, para a China e Japão, da Coreia do Sul. A aproximação de Moscovo-Pyongyang baseia-se no apaziguamento das tensões regionais pela aproximação diplomática para impedir o desenvolvimento de armas de destruição maciça. Por seu turno, a China continua a manter a sua postura de equilíbrio e de manutenção da paz, quer regionalmente, quer internacionalmente pelo reforço das suas relações de cooperação

e pela defesa da prevenção de conflitos na região, mantendo com Pyongyang a cooperação nos sectores militar, educação, científico, tecnológico e desportivo.

O Japão, embora defenda oficialmente a reunificação, teme o fortalecimento militar da Coreia dotada de capacidade de dissuasão nuclear; daí que pretenda alargar o seu papel político-militar na região por considerar que a estabilidade e a manutenção da paz entre as Coreias influenciam directamente os seus interesses. Assim, Tóquio opta simultaneamente pelo reforço estratégico das relações Tóquio-

SINOPSE CRONOLÓGICA

1945: divisão da Coreia ao longo do Paralelo 38N, a norte (influência soviética), a sul (esfera norte-americana).

25 de Julho de 1950: início da Guerra da Coreia.

27 de Julho de 1953: assinatura do armistício, que cria a zona desmilitarizada (DMZ).

24 de Setembro de 1991: adesão das duas Coreias à ONU.

29 de Janeiro de 2002: o presidente dos EUA George W. Bush inclui a Coreia do Sul nos países do Eixo do Mal.

10 de Abril de 2003: a Coreia do Norte abandona o Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

05 de Julho de 2006: lançamento de múltiplos mísseis balísticos pela Coreia do Norte.

09 de Outubro de 2006: ensaio nuclear da Coreia do Norte.

14 de Outubro de 2006: Resolução 1718 do Conselho de Segurança das Nações que condena o ensaio nuclear.

13 de Fevereiro de 2007: as seis partes chegam a acordo quanto ao desmantelamento das instalações nucleares, incluindo o reactor Yongbyon.

05 de Abril de 2009: a Coreia do Norte lança o míssil de longo alcance Taepodong-2.

25 de Maio de 2009: a Coreia do Norte procede a ensaio nuclear subterrâneo.

12 de Junho de 2009: Resolução 1874 do Conselho de Segurança que condena o ensaio nuclear e reafirma as sanções.

12 de Maio de 2010: a Coreia do Norte reivindica o sucesso da fusão nuclear.

26 de Maio de 2010: afundamento da corveta de guerra sul-coreana Cheonan.

07 de Julho de 2010: a Coreia do Norte anuncia o reforço do seu arsenal nuclear.

09 de Julho de 2010: o Conselho de Segurança condena o afundamento da corveta Cheonan.

10 de Julho de 2010: a Coreia do Norte anuncia a intenção de retomar as negociações quanto ao desarmamento nuclear.

Seul-Pyongyang e incremento da cooperação com a ONU e AIEA.

No caso dos EUA, a posição assumida por Barack Obama (1961, presidente desde 20 de Janeiro de 2009) tem por objectivo o estabelecimento de um sistema de cooperação nas áreas económicas e de segurança, por entender que a península coreana representa a base de apoio estratégico norte-americano na região Ásia-Pacífico. Respeitante ao desenvolvimento da via diplomática, as opções estratégicas do governo de Seul visam a aliança, a manutenção do equilíbrio regional e a segurança multilateral.

No caso das duas Coreias, a interligação dos actores estratégicos encontra-se nos campos históricos e políticos, derivado da proximidade geopolítica das principais potências regionais como sendo os casos do Japão e da China. Na esfera-de-influência norte-americana localizam-se o Japão e a Coreia do Sul, enquanto a China liga-se com a Coreia do Norte. No quadro do desenvolvimento de resolução de conflitos ou de manutenção do equilíbrio regional, as alianças e contra-alianças basear-se-ão nos interesses comuns político-ideológicos.

A questão nuclear

Três anos após a adesão simultânea das duas Coreias à Organização das Nações Unidas (ONU) a 17 de Setembro de 1991, o líder histórico norte-coreano morre no dia 8 de Julho de 1994, abrindo a sucessão para o seu filho Kim Jong-il que, perante o núcleo duro do Partido dos Trabalhadores da Coreia, fez prova em prosseguir não só a luta contra o “gigante imperialista americano”, como também de se subtrair a partir de 10 de Abril de 2003 às obrigações do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Pyongyang decide abandonar a Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), estabelecida em 29 de Julho de 1957. A posição do director-geral Yukiya Amano da AIEA revela preocupação, visto não possuir desde 15 de Abril de 2009 inspectores no terreno que possam reportar o progresso nuclear, alertando para a sensibilidade do assunto e da urgência da desnuclearização. O mesmo sublinha que o país se encontra sob a obrigação imposta pelas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU 1718 (2006) e 1874 (2009), devendo actuar em acordo com a AIEA e com o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. A ausência de observadores da AIEA resulta do lançamento do míssil de longo alcance (6.700 km) Taepodong-2, que teria sobrevoado o Japão a 5 de Abril de 2009. Pyon-

gyang decide nesse mês retirar-se do diálogo a seis partes (duas Coreias, China, Rússia, Japão e EUA), o que coloca em causa o acordo de 13 de

Fevereiro de 2007 quanto ao desmantelamento das instalações nucleares, incluindo o reactor Yongbyon, e a obtenção em troca do apoio

energético equivalente a 1 milhão de toneladas de petróleo por ano além do levantamento das sanções comerciais impostas pelos EUA e o descongelamento de verbas no Banco Delta Asia.

A Coreia do Norte opta pela continuidade do programa nuclear, tendo efectuado um ensaio nuclear subterrâneo a 25 de Maio de 2009 que se sentiria no Japão e o qual viria a ser objecto de condenação. Recorde-se que a 9 de Outubro de 2006 já tinha efectuado um ensaio nuclear subterrâneo. Praticamente um ano depois, a 27 de Fevereiro de 2010, as seis partes encontram-se aparentemente preparadas para prosseguir a ronda de negociações que levam à desnuclearização da Coreia do Norte e à estabilidade regional; só que pouco tempo depois, a 9 de Julho, o Conselho de Segurança condenaria, sem se referir à Coreia do Norte, o afundamento da corveta de guerra sul-coreana Cheonan no mar Amarelo no dia 26 de Maio de 2010. Seul elabora um relatório no qual conclui que a corveta fora atingida por um torpedo lançado pelo seu vizinho. Este ataque surge na sequência da reivindicação por parte de Pyongyang do sucesso da fusão nuclear a 12 de Maio. A posição do Conselho de Segurança é a da urgência de a Coreia do Norte retomar o diálogo a seis partes para manter a paz na região. A 7 de Junho, Pyongyang anuncia a continuidade do reforço do arsenal nuclear, mas a 10 de Julho revela a intenção de retomar as negociações quanto ao desarmamento nuclear. As posições ora divergentes ora convergentes prendem-se com a sucessão e com a penúria alimentar. Pyongyang procura apoio internacional para fazer face à situação dramática humanitária e, nesse quadro, desde Maio de 2001 tem relações diplomáticas junto da União Europeia. Refira-se que o ministro para a Unificação sul-coreano, Hyun In-taek, considera que a reunificação significa o surgimento de uma economia avançada e de um sistema político estável que contribuiriam para a paz global. ■



As duas Coreias. Fonte: AAW — Atlas da Globalização. Le Monde Diplomatique. Lisboa: Campo da Comunicação. 2.ª ed., 2003, p. 161.

Referências bibliográficas

CORDONNIER, Isabelle; TERTRAIS, Bruno — *L'Asie Nucléaire*. Paris: IFRI, 2001.
 KAPUR, Ashok — *Regional Security Structures in Asia*. London, New York: Routledge Curzon, 2003.
 MCDUGALL, Derek — *The International Politics of the New Asia Pacific*. Singapore: ISEAS, 1997.
 OBERDOFER, Don — *The Two Koreas*. London: Little Brown, 1998.

Internet

Gateway to Korea in [http://www.korea.net].
 Korean Central News Agency in [http://www.kcna.co.jp].
 Korea is One in [http://www.korea-is-one.org].
 Ministry of Reunification in [http://www.unikorea.go.kr].